

PREFÁCIO

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (Marx, 2009, p. 125).

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as ideias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (Marx, 2009, p. 126).

Com um título mais do que sugestivo: **“Tecnologias Digitais Para Quem? desafios às políticas sociais”**, a presente coletânea, organizada por Rita Cavalcante, Rodrigo José Teixeira, e Juliana Flores Vaz Figueiredo, versa sobre uma questão urgente e imponderável: qual o significado real e concreto da tecnologia para a classe trabalhadora no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo num país dependente e periférico, no qual o atraso (persistência de estruturas arcaicas, como a concentração de terras, de renda e de poder) se relaciona com o seu par dialético: o moderno (ainda que seja o verniz da modernização com vistas à sua preservação), caracterizando uma forma específica de desenvolvimento desigual e combinado? (Trotsky, 1985).

Partindo da sábia e atual formulação marxiana utilizada na epígrafe, podemos considerar que todas as eras são eras tecnológicas, de modo que a questão não se localiza na ferramenta, na maquinaria ou na tecnologia, mas na utilização que se faz dela. Na letra do próprio Marx: “As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista!” (1985, p. 56-57). Assim,

reafirma-se a total pertinência da pergunta: “Tecnologias digitais para quem?”

Nessa direção, autores/as buscam na Crítica à Economia Política, ou seja, na Teoria Social de Marx e/ou na tradição marxista, os fundamentos ontológicos que os/as aproximam da mais correta interpretação sobre a questão. Apresentam, além das transformações na materialidade da vida, as ideias e relações jurídico-políticas que dela derivam.

Por certo, o desvelamento da técnica e da tecnologia não se faz nem em laboratório, nem com microscópios ou reagentes químicos: “A capacidade de abstração substitui esses meios” (Marx, 1985, p. 12). Assim como nos ensina Marx, o procedimento da abstração é indispensável, de onde a pesquisa e a produção acadêmico-científica possuem papel fundamental.

Por isso, cabe ressaltar que a presente obra é produto de pesquisas realizadas em grupo/redes ou individualmente. Chamo, inicialmente, a atenção para a pesquisa em rede “Os desafios do acesso e das intervenções profissionais nas políticas sociais diante das tecnologias de Informação e de comunicação (TIC)” financiada pelo CNPq, que desde 2022 é desenvolvida com três equipes de três universidades públicas localizadas em estados e regiões diferentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Santa Catarina). Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar em rede, com a participação das áreas de Serviço Social, Direito, Ciência da Comunicação e Ciência da Computação, que conta com mais de 30 pesquisadores/as desde estudantes da graduação, mestrandos/as, doutorandos/as, pesquisadores/as em estágio pós-doutoral, docentes e trabalhadores/as das políticas sociais, que têm contribuído significativamente com o debate sobre o tema. De igual relevância, cabe mencionar a vinculação da coletânea com a pesquisa coordenada pela prof.^a Rita Cavalcante junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, na perspectiva de identificar as dificuldades da população de acessos aos seus direitos sociais e, finalmente, quero reconhecer o papel da universidade pública

em fomentar debates inovadores e socialmente relevantes retratados no ensino e na extensão.

Assim, a obra, que se organiza em três partes, amalgamadas pela perspectiva teórico-metodológica crítica, visa destruir a pseudoconcreticidade com que a tecnologia tende a ser tratada, demonstrando seu lugar no atual estágio da acumulação capitalista, posto que ela é muito mais do que mera ferramenta ou instrumento de trabalho, mas um modo de objetivar a vida e expressa um grau de desenvolvimento das forças produtivas, estando o desenvolvimento técnico/tecnológico adequado às necessidades de valorização do valor.

A Parte I — Trabalho e tecnologia: plataformas, redes sociais e resistências — apresenta três capítulos que se articulam entre si. Em “A ferramenta e seu feitiço: expressões contemporâneas do fetichismo da tecnologia”, Gustavo Monlevad nos alerta sobre uma forma contemporânea de fetiche que ele chama de “feitiço” da ferramenta, contemplado pelo caráter enigmático que Marx atribui à mercadoria como mediação de relações entre pessoas apreendidas como relação entre coisas. Chama a atenção para várias formas de fetiche tecnológico, dentre elas o determinismo da tecnologia, sua automação, a ilusão da neutralidade, as quais atestam o fetiche como mecanismo ideológico central e estruturante do próprio modo de produção capitalista.

Na sequência, Luana Matos do Nascimento apresenta o capítulo “Plataformas de Redes Sociais: O protagonismo dos criadores de conteúdo” no qual traz inusitadas considerações sobre o que se pergunta ser uma nova profissão: os influenciadores digitais. Indagações como: *os influenciadores são trabalhadores das plataformas? São trabalhadores culturais ou trabalhadores platformizados? É possível falar de autogestão sob lógica algorítmica? Seriam as plataformas os patrões dos influenciadores?* orientam toda a pesquisa apresentada no capítulo, realizada mediante análise documental sobre os programas de criação de conteúdo do YouTube e do Instagram.

O capítulo seguinte, “Autodefinição, Ciberativismo e Tecnologias de Informação e Comunicação: estratégias políticas de

mulheres negras”, de Monique Britto Eleotério, fecha a Parte I com a análise da interessante experiência concreta das mulheres negras que participam da ONG Crioula, demonstrando suas formas de luta e resistência contra o racismo estrutural e conclui sobre o necessário uso político das TIC na construção da contrahegemonia.

A Parte II - “O Estado e as políticas sociais: a que servem as tecnologias digitais?” reúne cinco textos dos mais qualificados, com enfoque no papel do Estado dependente, autocrático burguês como o “comitê” para gerir os negócios da classe capitalista, assegurando a acumulação de capital, garantindo as condições da reprodução e valorização do valor. Os cinco textos têm em comum uma concepção de Estado de classe, como um ente promotor da dataficação, mediador da valorização de dados, promotor da transferência/drenagem do fundo público para o setor privado.

É esta a hipótese do texto que abre a sessão “Sob o Signo da Transparência: governo aberto e a dataficação das políticas sociais no Brasil” de Luís Eduardo Fernandes. Sua pesquisa evidencia que as políticas de digitalização, ainda que sob o discurso da transparência, tendem a viabilizar novas formas de privatização e financeirização de bens públicos e sociais, por meio da abertura de mercados de prestação de serviços, compra de tecnologia e pagamento de royalties às *Big Techs*. Essa questão merece atenção especial de toda a sociedade civil, tendo em vista a drenagem dos recursos públicos para empresas internacionais. O texto ainda chama a atenção para o quanto a dataficação das políticas sociais e as mudanças no trabalho de assistentes sociais mobilizam a categoria profissional por meio de suas entidades representativas.

No mesmo tom, Germano Molardi apresenta em “O Estado digital: entre a informatização e a dataficação dos serviços públicos”, uma rigorosa crítica à lógica subjacente à incorporação de tecnologias digitais em órgãos do governo, com ênfase nas transferências de valores do INSS e da Dataprev, visando responder à questão sobre *quais as finalidades da digitalização do Estado dependente brasileiro?*

Em seguida, Ubiratan de Souza Dias Junior, no texto "Quando a pobreza vira dado: data ficarão, Estado e políticas sociais" problematiza como a digitalização das políticas públicas no capitalismo dependente, e mediante a colonialidade dos dados, pode servir à transformação da pobreza em dados rentáveis. O texto avança na questão dos impactos da data ficarão, como uma racionalidade de governo, no trabalho profissional, reafirmando a pertinência da pergunta "*tecnologia digital para quem?*" Importa-lhe, justamente, reforçar o compromisso ético-político do Serviço Social brasileiro com e como classe trabalhadora.

Na sequência, Luiza Moraes, como resultado da sua inserção nas duas pesquisas já mencionadas, aborda em "A transformação digital e o Estado como mediador da valorização de dados" o que considera como nexos estruturais entre Estado brasileiro e digitalização, articulando-a às categorias de financeirização, neoliberalismo e acumulação flexível. Critica e denuncia as políticas sociais, que estão postas à serviço do capital financeirizado e do ordenamento neoliberal e não às necessidades da classe trabalhadora.

Encerrando a parte II, André Gonçalves e Juliana Figueiredo, no capítulo "A desigualdade digital no acesso ao Benefício de Prestação Continuada: uma nova expressão da questão social?", analisam a exclusão digital como uma manifestação contemporânea da questão social. Os autores problematizam a plataformização dos serviços estatais, questionando *a quem essa lógica serve?*, uma vez que transfere inteiramente ao cidadão a responsabilidade pelo manuseio das ferramentas digitais. Com base em dados empíricos de pesquisa realizada na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, conclui-se que a exclusão digital ultrapassa a falta de conexão, revelando-se também como uma barreira cognitiva, linguística e material.

Vinculada às transformações do capitalismo contemporâneo, a nova organização do trabalho social é atravessada pela digitalização e pela lógica financeira. A integração dos profissionais, de maneira geral, e, em especial, de assistentes sociais, a sistemas de gestão e metas eleva os mecanismos de controle e padronização. A análise à luz da economia

política expõe a subsunção do trabalho ao capital e a captura da subjetividade pela racionalidade neoliberal. Não é casual que os textos tragam preocupações com a, já restrita, autonomia profissional de assistentes sociais. Temos visto mudanças substantivas no *modus operandi* da profissão, não somente em relação à sua dimensão técnico-operativa, mas em relação às constrictões das suas possibilidades de escolha, que têm sido conduzidas mecanicamente, e nem sempre de maneira consciente, aos fins das plataformas orientadas por algoritmos. Tenho insistido na hipótese de que, de executora de políticas sociais, a profissão passa a ser operadora de plataformas sob a lógica dos algoritmos.

Esse mote reúne os textos da Parte III - Serviço Social, Trabalho Profissional e Tecnologias Digitais, cuja ênfase na profissão Serviço Social tende a contribuir para o adensamento da sua massa crítica sobre o tema.

Nessa direção, Rita Gomes apresenta o capítulo "Racionalidade neoliberal gerencial, subordinação tecnológica e Serviço Social", no qual indica que a difusão do gerencialismo e da racionalidade neoliberal reconfigura o trabalho no setor público. Seguindo a tese de Dardot e Laval (2016), essa lógica empresarial torna-se o princípio organizador das instituições, priorizando metas e mensuração de resultados. No cotidiano do trabalho profissional, essas transformações impactam diretamente as condições de trabalho e a autonomia, uma vez que essa racionalidade molda as requisições institucionais, confrontando as exigências da gestão gerencialista com os compromissos históricos da profissão, obstaculizando a efetivação dos princípios ético-políticos do nosso projeto profissional crítico. A autora conclui enfatizando que a tecnologia deve ser um campo de disputa: seu uso social depende dos interesses em jogo.

Na mesma direção, o texto "Autonomia e Tecnologias de Informação e Comunicação no Trabalho do Serviço Social: considerações sobre o Projeto Ético Político" de Erika Schreider, ao apresentar a digitalização e a automação como expressões das transformações do trabalho que se particularizam no espaço

institucional no marco do capitalismo, considera que as TIC assumem uma face dialética: ao mesmo tempo que oferecem recursos para o planejamento e a organização, servem à intensificação da padronização e da racionalidade gerencial. Esse cenário agrava as tensões sobre a autonomia técnico-operativa, comprimindo o espaço de decisão profissional diante das novas formas de subsunção do trabalho ao capital. Tendo como bússola do cotidiano o projeto profissional, reforça que o uso das TIC deve estar em sintonia com sua direção social estratégica.

Na sequência, tem-se o texto de Jessica de Oliveira "Tecnologias da Informação e Comunicação e Racialização Penal" que analisa a inserção das TIC no sistema penal brasileiro e sua relação com a punibilidade. Aborda a utilização de ferramentas digitais, algoritmos, inteligência artificial e sistemas de vigilância (reconhecimento facial, *big data*) como a base material contemporânea ou a infraestrutura do poder punitivo, que consolida uma nova racionalidade punitiva, de onde os presídios configuram-se como laboratórios privilegiados de experimentação tecnológica. Essa racionalidade reconfigura o trabalho profissional, orientado por lógicas gerenciais de eficiência, padronização e controle de fluxos institucionais, ameaçando a práxis crítica da profissão. Chama a atenção para o papel do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social na elaboração de normativas que assegurem as prerrogativas da profissão.

Encerrando a coletânea, o capítulo "TICs e reconfigurações do trabalho das/os assistentes sociais no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro" de Carolina Sampaio, analisa os impactos da digitalização no cotidiano de assistentes sociais do TJERJ, com foco na reestruturação das rotinas institucionais e na precarização das condições de trabalho. Parte da premissa de que a digitalização do Judiciário configura uma lógica gerencial, a qual orienta as formas de controle e a organização do trabalho. Busca identificar os impactos das transformações contemporâneas na autonomia do profissional e nas possibilidades do projeto ético-político no âmbito do TJERJ.

Por certo, a esta altura leitor e leitora não possuem dúvidas da atualidade, originalidade e relevância da produção em tela. Contudo, a obra também nos sinaliza que se trata de vasto campo aberto ao conhecimento, que requer obstinada e rigorosa pesquisa, como recurso imprescindível para não nos deixarmos enganar pelo canto da sereia das inovações tecnológicas. Longe de uma visão puramente instrumental ou tecnofílica, considero que seja urgente nos dedicarmos à análise da materialidade das relações sociais, buscando seus fundamentos explicativos de como a lógica do algoritmo e a dataficação redefinem o trabalho, a gestão estatal e o exercício profissional de assistentes sociais, bem como as contradições que emergem e mobilizam estes processos.

Não casualmente a obra parte de uma indagação. Como nos ensina Lukács (1978), são as perguntas que fazemos (e não as respostas) que nos mobilizam, de modo que só posso desejar que a sua leitura desperte a nossa capacidade de perguntar sobre os fundamentos das coisas (processos e práticas sociais) e reafirme a nossa convicção na possibilidade de coletivamente transformá-las.

Copacabana, Rio de Janeiro, março de 2026.

Yolanda Guerra

Referências

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Globo, 2009.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, 1978.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 1.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 2.

TRÓTSKY, Leon. *A revolução permanente*. 2. ed. São Paulo: Kairós, 1985.